A iminente relativização dos direitos sociais fundamentais

O Anteprojeto do Acordo Coletivo com Propósitos Especiais: uma iniciativa equivocada dos trabalhadores brasileiros

Antônio Gomes de Vasconcelos¹

The imminent relativization of fundamental social rights

The Draft Collective Agreement with the Special Purposes: an mistaken initiative of Brazilian workers

RESUMO: No Estado Democrático de Direito as garantias e direitos fundamentais sociais são elevados ao nível da proteção constitucional e a consequência desta elevação do status jurídico das relações de trabalho é a impossibilidade de retrocesso social face aos princípios da dignidade humana, da cidadania e do primado do trabalho, erigidos como fundamento da República. Nesse sentido políticas econômicas e legislativas voltadas para o atendimento dos interesses do mercado, em detrimento do desenvolvimentos social padecem de inconstitucionalidade. O projeto que institucionaliza o acordo coletivo com efeitos especiais, de iniciativa de parcela específica e minoritária dos trabalhadores, embora contemple a representação no local de trabalho, anseio histórico do sindicalismo brasileiro, abre espaço a derrogação de direitos dos trabalhadores oriundos da legislação infraconstitucional, pela via da negociação coletiva. A aprovação do referido projeto de lei em nome da adequação da legislação a condições específicas de determinado setor de atividade incorre em contundente contradição na medida em que generaliza para todos os sindicatos do país situação peculiar do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista. A concessão aberta para a obtenção do apoio do segmento empresarial comporta riscos sociais de longe não compensáveis, de modo algum, com as vantagens advindas do acolhimento da histórica reivindicação dos trabalhadores.

Palavras-chave: Estado Democrático de Direito, Acordo coletivo especial, Proibição do Retrocesso social.

ABSTRACT: In the Democratic State of Law the guarantees and fundamental social rights are elevated to the level of constitutional protection and the consequence of this increase in the legal status of labor relations is the impossibility of social retrocession front the principles of human dignity, citizenship and the primacy of work, erected as the foundation of the Republic. In this sense, the economics and legislatives policies focused to the response of market interests, at the expense of social developments suffer from unconstitutionality. The project that institutionalizes the collective agreement with special effects, of initiative of parcel specific and minority of workers, although contemplating the representation in the workplace, historical desire of Brazilian unionism, opens space to derogation of rights of workers coming of infraconstitutional legislation, by means of collective bargaining. The approval of this bill on behalf of the adequacy of the legislation

¹ Prof. Dr. dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Juiz do Trabalho. Coordenador do Programa Universitário de Apoio às Relações de Trabalho e à Administração da Justiça FDUFG (PRUNART-UFMG). Membro do Comitê Estadual da Rede Nacional de Cooperação Judiciária do Conselho Nacional de Justiça. Idealizador do Sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista (art. 625-H, CLT). Idealizador do Sistema Integrado de Participação da Primeira Instância na Gestão Judiciária e na Administração da Justiça. Mestre e doutor em Direito Constitucional.

to specific conditions of a certain sector of activity incurs blunt contradiction in that it generalizes to all unions in the country the peculiar situation of syndicate of metallurgics of ABC of Sao Paulo city. The grant, open to obtain the support of the business segment, comprises social risks by far not compensable, in any way, with the advantages resulting from the acceptance of the historical claims of workers.

Keywords: Democratic State of Law, Special Collective Agreement, Prohibition of Social retrocession.

I - Introdução:

A presente exposição pretende proceder a uma análise crítica do anteprojeto de autoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC paulista adotando como premissas os princípios, bem como as diretrizes históricas e político-filosóficas e, com a brevidade necessária, integram o corpo desta introdução.

O sentido latente da conclusão delineada pelo conteúdo do projeto deve ser apreendido tomando-se como referência que o trabalho, co-originário e indissociável à história da humanidade, foi sempre fator indispensável à sobrevivência, à criação e à acumulação dos bens materiais e imateriais culturalmente concebidos conforme os diversos estágios da trajetória humana, da pré-história à contemporaneidade. Indivíduo e sociedade são interdependentes, correlatos e reciprocamente constitutivos um do outro, donde resulta que o princípio da solidariedade lhes é imanente. Assim, enquanto a solidariedade é um dado co-originário à própria humanidade, a propriedade e a acumulação da riqueza são provenientes da cultura; portanto, a primeira antecede a estas últimas. Disto resulta que o trabalho digno e decente como meio de sobrevivência, instrumento de expressão e de realização da personalidade humana e condição para o exercício da cidadania é direito de todo homem .

O direito fundamental ao trabalho e à igualdade de oportunidade assegurados a todos os homens e mulheres estabelece o equilíbrio entre o desenvolvimento social e econômico que recompensa esforços e atributos desiguais no âmbito da livre iniciativa.

A história da humanidade confunde-se com a história do trabalho humano que na sua trajetória conformou-se com o trabalho escravo, o trabalho servil, o trabalho subordinado, o trabalho mercadoria e o trabalho digno, amparado constitucionalmente como princípio e valor reconhecido universalmente no presente estágio evolutivo dos direitos sociais fundamentais.

A história das relações entre o capital e o trabalho revela o quão desastroso se torna para humanidade uma sociedade sustentada na injustiça e na exploração degradante do trabalho humano, fato reconhecido nos períodos pós-guerra e registrado nos Tratados de Versalhes (1919) e na Declaração da Filadélfia (1944). Quando se retira do indivíduo a oportunidade de trabalho, de ter uma fonte de sustento lícita e digna para si e respectivo núcleo familiar, dão-se passos decisivos para o esgarçamento do tecido social, dos princípios e valores que dão sentido à vida e, então, tem lugar a violência, a desagregação, o desajuste social, o sofrimento coletivo, males que a ideia de progresso restrita ao desenvolvimento econômico não pode reparar.

No Estado Democrático de Direito articulam-se a política e o direito em torno de tais princípios e valores que se consagram na Constituição contemporânea, ponto de convergência em que se materializa o projeto da sociedade brasileira erigido a partir do consenso entre as forças reais, majoritárias e minoritárias, de poder

Assim é que todo cidadão brasileiro tem o direito de ter um trabalho digno, cercado das garantias e proteções definidas nos direitos fundamentais sociais assegurados na Constituição e na legislação trabalhista, como direitos mínimos. Coerente com este postulado, a mesma Constituição, ao estabelecer que a ordem econômica funda-se na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, define como seu fim último o de assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social. Estado e atores sociais representativos da sociedade brasileira somente podem ter como legítima a sua atuação se estiverem a serviço da realização deste projeto cuja repercussão nas relações de trabalho se traduz no cumprimento (*efetividade*) dos direitos fundamentais e sociais dos trabalhadores e em medidas políticas e econômicas assecuratórias do pleno emprego, de modo a garantir a todos o exercício do direito a um trabalho digno e decente.

Este é o pensamento de todos que, no mundo inteiro, convergem para uma concepção solidária e não individualista da sociedade e conforma-se com a diretriz das organizações internacionais comprometidas com esta causa, como a Organização Internacional do Trabalho e, também, com os documentos internacionais em torno dos quais se reuniram todas as forças políticas e sociais comprometidas com esta visão de mundo, endossados por estudiosos, cientistas e pesquisadores de todas as áreas do conhecimento movidos pelo mesmo ideal. Entre estes é de se realçar a recente Declaração da OIT sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa, 2008, que se apresenta como um contraponto aos perigos que corre, no mundo todo, este conjunto

de ideias destinadas a refrear a injustiça, o acúmulo egoístico da riqueza e a exacerbção do lucro à custa da degradação e do retrocesso na condição de vida de milhões de seres humanos. A Declaração denuncia as drásticas consequências sociais advindas do contexto atual da chamada “globalização”, processo que vinha beneficiando um certo número de países enquanto a grande maioria teve agravado o desafio da desigualdade, do desemprego, da miséria e da pobreza, do trabalho precário, dentre outros. O mesmo documento, reafirma a necessidade de distribuição equitativa dos resultados da produção de bens e serviços provenientes do esforço de todos, bem como da busca do pleno emprego, do desenvolvimento socialmente sustentável, da luta contra a pobreza e o aguçamento das desigualdades para a conquista da coesão social. Lembra que o trabalho não pode ser tratado como mercadoria, mas como meio de realização do ser humano. E recomenda a revisão de todas as políticas econômicas e financeiras internacionais à luz do objetivo fundamental da justiça social, no sentido de ampliar as medidas de proteção social e não reduzir direitos. Considera, para tanto, que a liberdade de associação, a liberdade sindical e a negociação coletiva consubstanciam direitos que propiciam o alcance de tais objetivos, mas “que a violação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho não pode ser invocada nem utilizada como legítima vantagem comparativa e que as normas do trabalho não devem servir aos fins comerciais protecionistas”².

As políticas econômicas são resultados de concepções mentais (científicas) acerca da condução da economia. Embora, o Direito Internacional do Trabalho aliado às constituições e às legislações do Estado social tenham assegurado aos trabalhadores direitos que conferem maior dignidade e realização pessoal no trabalho, as políticas econômicas que se espalharam pelo mundo nos últimos 40 anos põem em xeque toda esta construção histórica dos direitos sociais.

As contradições internas do capitalismo, especialmente a que sustenta a sua força motriz, assentada na ideia da acumulação perpétua que dita a urgência da permanente criação de novas necessidades para a sociedade, como condição essencial “para a expansão infinita da acumulação do capital”³, impõe uma recriação permanente de suas formas de atuação no mundo.

O movimento que encampou a doutrina neoliberal, transformada em pauta política pelos governos de Ronald Reagan, Margareth Thatcher e do general

²Declaração da OIT sobre a Justiça social para uma Globalização Equitativa, 2008

³ HARVEY, 2013, p.92.

Pinochet, constituiu-se, primeiramente, numa ataque ao trabalho organizado, aos sindicatos e aos direitos dos trabalhadores. As políticas de ataque à inflação, com o arrocho da economia e dos gastos públicos, privatizações, visavam, nas palavras de Alan Budd, na verdade, “esmagar” os trabalhadores e criar um exército de desempregados para assim garantir a superação da crise de 1970, assegurando o crescimento econômico e a acumulação “sem fim”.⁴

Paul Krugman assinala que após a desregulamentação da economia americana 1% das pessoas situados no topo tiveram um aumento exponencial de renda na ordem de 660% após a adoção das políticas neoliberais, daí resultando expansão brutal das desigualdades entre 1979 e 2007 e intensificação sem precedentes do desemprego e da pobreza. Se estamos tratando da maior economia do mundo, parece óbvio que o problema se agrava nos países em desenvolvimento alinhados ao ideário neoliberal e às imposições de política macroeconômica do livre mercado internacional comandado por instituições como FMI, Fed e o conjunto dos poucos países que compõem a cúpula internacional⁵. Esta situação se projeta no restante do mundo, nos países que se alinharam a tais políticas.

Mas, esse cenário não resulta de uma fatalidade e nem pode ser visto como um dado da natureza, é fruto de decisões políticas entre alternativas igualmente possíveis: o liberalismo acreditava que a mão invisível do mercado se encarregaria de promover o desenvolvimento econômico e social, desde que os cidadãos fossem livres para trabalhar e se tornar proprietários, pois só não progrediriam os preguiçosos; o keynesianismo tinha como verdadeiro que somente pela intervenção do estado seria possível promover a justiça social; mas, o neoliberalismo sequer cogita de modelo inspirado na ideia de justiça social, de redução da desigualdade e de garantia de condições mínimas de vida aos cidadãos. Admite como princípio a competitividade e a sobrevivência dos mais aptos. Um exército de desempregados, de miseráveis são tidos como fenômenos inevitáveis e necessários em qualquer economia que pretenda se esquivar das crises econômicas. O desenvolvimento econômico e social é fruto de uma espécie de seleção natural, camuflada sob os conceitos de competitividade e produtividade, os quais se confundem também com a redução dos custos do trabalho, tendo como expediente a exclusão ou diminuição dos direitos dos trabalhadores, alinhada à redução do gasto público, ao enfraquecimento do Estado na sua função

⁴ Idem, p. 121.

⁵ KRUGMAN, Paul, 2012, p. 69.

social, à privatização, ao agravamento da tributação sobre os setores de menor renda, além da desoneração do capital e desregulamentação dos mercados.

As sucessivas crises financeiras verificadas em países situados no topo da pirâmide revelam que estas escolhas políticas fracassaram e resultaram em problemas sociais muito graves, com destaque para o desemprego, o crescimento da desigualdade e exclusão social, com o aumento da pobreza. Os casos da Grécia, Espanha, Portugal, Itália e EUA são emblemáticos.

Economistas de renome internacional apresentam alternativas que, por não atender aos interesses não solidaristas de potencialização absoluta do lucro máximo, não são contempladas, o que desautoriza o seu potencial de solução de crises de desemprego, de desigualdade social, miséria e outros problemas cruciais para a humanidade.

Anota Harvey que, de certo modo, o Estado virou de lado, em lugar de garantir os direitos e as políticas sociais, sua força foi absorvida e cooptada para confrontar o que foi considerado uma barreira à acumulação da riqueza. O Estado fragilizou a agenda dos trabalhadores e reforçou a agenda das empresas. O ataque político aos movimentos da classe trabalhadora no mundo inteiro reduziu a resistência dos trabalhadores, por conta da repressão salarial resultante da oferta de trabalho superabundante, esta resultante das “tecnologias de economia de trabalho” e “inovações organizacionais”. Este problema, porém, expõe o grave problema da “falta de demanda de consumo efetiva”.⁶

O autor pontua ainda um aspecto importante e que diz respeito ao fato de que o poder do Estado em relação a tais conflitos entre trabalhadores e empresas não cumpre um papel unidirecional. Na medida em que as forças reais de poder passaram a comandar o aparato estatal em favor de seus interesses, como por exemplo o enquadramento nas políticas inspiradas pela ideologia neoliberal e resultantes das imposições econômicas de instituições supraestatais como FMI, Banco Mundial, Bancos Centrais dos países desenvolvidos (G4 ou, agora, G20).

Neste contexto emerge, no Brasil, o projeto de lei que cria o Acordo Coletivo Especial, em tramitação no congresso nacional. Convém, portanto, esmiuçar suas potencialidades e vulnerabilidades, uma vez que pretende regular fragmentos de

⁶ HARVEY, op. cit., 61.

realidade inseridos num contexto de ampla magnitude cujas dimensões podem não ter sido consideradas pelo Sindicato proponente.

II - O Anteprojeto de Lei que cria o Acordo Coletivo com Propósitos Especiais

Sob o signo de que é preciso atualizar as relações de trabalho, o projeto apresentado pelo Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC, São Paulo, preconiza a necessidade de estimular a negociação coletiva “como instrumento mais moderno para a solução dos conflitos pertinentes às relações de trabalho e à representação sindical no interior da fábrica, como condição fundamental à democratização das relações entre trabalhadores e empresas”.⁷ Consideram os autores, com razão, que o Estado novo, ao legalizar os sindicatos, submeteu-os a um rígido controle e violou a plena liberdade e a autonomia dos organismos de representação dos trabalhadores. Além disso, a CLT foi “uma faca de dois gumes” porque ao mesmo tempo que protegeu os direitos individuais dos trabalhadores, “estabeleceu um excessivo controle do Estado sobre a relação entre capital e trabalho”, tolhendo a liberdade sindical no campo das negociações coletivas. Reconhecem que até o cumprimento dos direitos dos trabalhadores na CLT é ainda um grande desafio.

A experiência da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, na perspectiva dos proponentes, possibilitou o entendimento tripartite para a superação da crise de superprodução de automóveis e do desemprego. A saída encontrada foi a redução tributária, assim como o compromisso de todos com a melhoria dos índices de produtividade e qualidade, segundo a narrativa do Sindicato. O método utilizado nesse caso específico somado à criação das Comissões de Fábrica instituídas no setor automobilístico, cuja prática ganhou força com a implantação dos comitês sindicais de fábrica em cerca de 200 empresas no Estado de São Paulo, deu ao Sindicato a convicção de que sua experiência deveria ser transformada em lei e adotada pelo sindicalismo brasileiro⁸. Apesar do reconhecimento unânime de todos os envolvidos de que os resultados advindos da prática do diálogo social, da negociação coletiva de âmbito local

⁷ SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *ACE – Acordo Coletivo Especial*. São Paulo: Simetal, 2011, passim.

⁸ Idem.

e da solução voluntária dos conflitos nos locais de trabalho, os autores do projeto asseveram que tais acordos esbarram, com frequência, em normas legais que dificultam ou inviabilizam o cumprimento das normas coletivas mais adequadas à realidade celebradas no âmbito de tais Comitês, situação da qual resultam passivos trabalhistas “que não interessam a nenhuma das partes”.⁹

Os autores do projeto, ao tratar das diferentes visões do sindicalismo, consideram que ainda sobrevive no Brasil um sindicalismo conformista que prioriza vantagens para as lideranças sindicais e pauta pela acomodação, repressão violenta das oposições internas e até mesmo pela corrupção. Trata-se de um sindicalismo resistente a mudanças e que defende o controle e a tutela estatal, em especial o sistema do imposto sindical que dispensa a mobilização dos trabalhadores ou qualquer inovação na atuação dos sindicatos. Em contrapartida, os autores do projeto visualizam um outro sindicalismo combativo no discurso, de viés revolucionário, que se reflete na aversão dos seus dirigentes à negociação coletiva permanente com os representantes das empresas. Esse sindicalismo, que não se engaja em lutas políticas de interesse de toda a sociedade, queda-se sem força política suficiente para a obtenção de conquistas salariais e a construção de relações de trabalho mais democráticas, agravando-se os problemas de descumprimento da legislação trabalhista, como insalubridade, doenças profissionais, altos índices de rotatividade de mão de obra, demissões imotivadas, entre outros problemas.¹⁰

Enfim, consideram que é preciso incluir na agenda dos desafios a serem enfrentados pelo País, a “retomada do debate democrático sobre a modernização das leis do trabalho, sem medo de enfrentar novos procedimentos de negociação permanente entre empresas e trabalhadores”. Não tem mais sentido a visão que “vê todo empresário como criminoso e todo trabalhador como uma pessoa desprotegida ou incapacitada, que só o Estado pode salvar impondo regras burocráticas e vigiando cada detalhe de qualquer negociação”¹¹.

Se as práticas que motivaram o projeto em discussão deram bons resultados, a necessidade de uma lei se justifica por várias razões, dentre as quais apontam os autores do projeto: a insegurança jurídica decorrente do volume de demandas trabalhistas que acabam por anular negociações coletivas celebradas entre os

⁹ Exposição de Motivos do Projeto de Lei que institui o Acordo Coletivo com Propósitos Especiais.

¹⁰ SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *ACE – Acordo Coletivo Especial*. São Paulo: Simetal, 2011, passim.

¹¹ *Idem*.

sindicatos e as empresas pelas decisões da Justiça do Trabalho, em que a inércia e a acomodação são premiados, com a punição de trabalhadores e empresários interessados em democratizar suas relações.

Propugnando por um novo sistema capaz de responder com agilidade e segurança às transformações da economia e das relações de trabalho, o qual não abre concessões às políticas neoliberais e à precarização nas relações de emprego, os autores do Projeto declaram a necessidade de medidas destinadas a estimular a negociação coletiva, a representação sindical no local de trabalho e o diálogo permanente:

É necessário, portanto, formular as bases jurídico-institucionais para que empresas e sindicatos profissionais organizados a partir dos locais de trabalho possam estabelecer com a indispensável segurança jurídica e de forma compatível com a legislação em vigor - obrigações recíprocas, normas de proteção, condições específicas de trabalho e formas mais apropriadas de soluções de conflitos, em um ambiente de ampla participação dos trabalhadores e em consonância com as necessidades tecnológicas organizativas e produtivas das empresas¹².

Em síntese, o projeto proposto tem as seguintes premissas:

- a) A legislação atual é insuficiente para resolver todas as demandas e conflitos;
- b) A aplicação do “padrão celetista” a trabalhadores e empresas em situações específicas não produz resultados satisfatórios;
- c) A negociação coletiva, democrática e regular, “estimula práticas sindicais e trabalhistas qualitativamente diferenciadas”.

Com esta perspectiva é que o anteprojeto de lei visa institucionalizar o *Acordo Coletivo de Trabalho com Propósito Específico* criando as condições para que um sindicato profissional e uma empresa, quando atendidas as condições exigidas em lei, possam, com segurança jurídica, regular autonomamente suas relações. Em síntese as condições são as seguintes:

- Credenciamento do sindicato profissional para a celebração de acordo coletivo com propósitos especiais, por meio de certidão de habilitação expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego, mediante comprovação de previsão estatutária e instalação, em pelo menos uma empresa de sua base territorial, do Comitê Sindical de Empresa;

¹²Exposição de Motivos do Projeto de Lei que institui o Acordo Coletivo com Propósitos Especiais.

- Representatividade do sindicato profissional que deverá ter sindicalizados pelo menos 50% dos empregados na empresa e aprovação do acordo coletivo com propósito específico por 60% dos trabalhadores participantes da assembleia, cujo número não poderá ser inferior a 50% dos empregados da empresa;
- Reconhecimento, pela empresa, do Comitê Sindical de Empresa como órgão de representação do sindicato profissional no local de trabalho;
- Inexistência de pendência relativa a decisão condenatória transitada em julgado em ação ajuizada pelo sindicato profissional por restrição ao exercício de direitos sindicais.

Nos termos do Projeto em questão, o acordo coletivo de trabalho com propósito específico é:

O instrumento normativo por meio do qual o sindicato profissional habilitado pelo Ministério do Trabalho e Emprego e uma empresa do correspondente setor econômico, estipulam condições específicas de trabalho, aplicáveis no âmbito da empresa e às suas respectivas relações de trabalho.¹³

O projeto cuidou ainda de normatizar o conceito de *condições específicas de trabalho*:

“Aqueles que, em decorrência de especificidades da empresa e da vontade dos trabalhadores, justificam adequações nas relações individuais e coletivas de trabalho e na aplicação da legislação trabalhista, observado o art. 7º da Constituição Federal”.¹⁴

Destaca-se como ponto de diferenciação entre o novel instituto e os instrumentos de negociação coletiva, acordo e convenção coletiva de trabalho, o fato de ele estabelecer a “combinação sistêmica” de diversos elementos que atribuem às partes o “poder de dispor sobre a melhor forma de aplicação do direito à determinada realidade”.¹⁵ Os principais elementos desta combinação são as seguintes exigências: reconhecimento do Comitê Sindical pela Empresa, número mínimo de filiados por empresa e quórum qualificado para aprovação do acordo coletivo com propósitos especiais. Pretende-se, portanto, garantir a presença do sindicato no local de trabalho e fortalecer a representação sindical no âmbito da empresa, como condição *sine qua non* para a celebração desta espécie de acordo.

¹³Projeto de Lei que institui o Acordo Coletivo Especial com Propósitos Especiais, art. 2º, II.

¹⁴ Idem, art. 2º, III.

¹⁵SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *ACE – Acordo Coletivo Especial*. São Paulo: Simetal, 2011, *passim*.

Apresentado como “divisor de águas” os autores do projeto destacam como pontos relevantes do projeto a ***autonomia da partes***, uma vez que a organização sindical a partir do local do trabalho permite aos sindicatos e às empresas criarem normas para solução dos conflitos na sua origem; ***a adesão voluntária*** das partes ao acordo coletivo com propósitos especiais para criar normas condizentes com as especificidades do local de trabalho, com manutenção da vigência da legislação atual; a ***segurança jurídica*** dos sindicatos e empresas para criar tais normas; ***a decisão dos trabalhadores***, dadas as exigências de sindicalização mínima e aprovação do acordo mediante voto secreto de pelo menos 60% dos trabalhadores da empresa; a ***atuação do Estado como organizador e “fiador” da representatividade sindical***, com a atribuição de promover o equilíbrio das partes, de sorte que o projeto assumiria o papel de legislação de ***organização e estímulo***, cabendo ao Ministério do Trabalho a averiguação dos requisitos necessários à validade do acordo coletivo com propósitos especiais e fiscalização do seu cumprimento.

III - As motivações, controvérsias e vulnerabilidades em torno do Anteprojeto de Lei

As considerações que se seguem expõem a uma apreciação crítica diversos elementos contextuais e contenedústicos relativos ao Projeto em discussão.

O Projeto chama a redobrada atenção pelo fato de constituir proposta originária do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do ABC, de São Paulo e, ainda, porque emerge de uma compreensão da realidade oriunda da prática e das experiências vividas por esse segmento de trabalhadores brasileiros, cuja trajetória, incomum, contribuiu para conformação da história do sindicalismo e da sociedade brasileira.

Contudo, elementos de análise extraídos da reflexão do Sindicato autor do projeto revelam questões fundamentais que devem ser consideradas no exame crítico da proposta aqui examinada. A resistência histórica ao cumprimento dos direitos instituídos pela CLT persiste ainda hoje e constitui sério desafio às instituições do trabalho, não somente em relação a situações extremas, como o trabalho infantil e aquele realizado em condições análogas à de escravo. De fato, no campo e na cidade, o problema da efetividade dos direitos sociais fundamentais tem sido objeto de estudos recentes e que demonstram a incapacidade da maioria esmagadora dos milhares de sindicatos de trabalhadores existentes no Brasil de reverter este quadro dramático.

Denuncia-se a sobrevivência, por um lado, de parte do sindicalismo conformista e resistente a mudanças, desprovido de representatividade e, de outro, de um sindicalismo ideológico-revolucionário sem forças para conquistas em prol dos trabalhadores e para constituir relações de trabalho mais democráticas. O testemunho qualificado do Sindicato proponente é, por si mesmo eloquente, e se sobrepõe, em credibilidade, a quaisquer outras fontes, indiretas, de exame da realidade.¹⁶

Então, descortina-se, desde pronto, o equívoco de se pretender a generalização, por todo o país, do modelo proposto, considerando-se os flancos abertos na regulação proposta no Projeto, os quais passam a ser examinados a seguir.

No que diz respeito ao procedimento, a despeito da intenção de que a proposta nascesse de amplo diálogo entre os trabalhadores, empresas e o segmento público (legislativo, executivo e judiciário), registra-se amplo dissenso nas bases do sindicalismo quanto à conveniência do projeto, de sorte que não se pode tê-lo como oriundo da classe trabalhadora. Tal conclusão se sustenta nas profundas controvérsias observadas nas manifestações dos diversos participantes do *Tribunal do Juri Popular do Projeto de lei que institui o Acordo Coletivo com Propósito Especial*, promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas.¹⁷

O Projeto não estaria legitimado em amplo processo de discussão com as bases de representação dos sindicatos proponentes, nem com os demais sindicatos representantes das outras bases sindicais do país, apesar de apresentado em nome dos trabalhadores.

No citado evento, os denunciantes¹⁸ acautelam-se de que a aprovação do Projeto tornaria as organizações sindicais suscetíveis de serem instrumentalizadas a servir aos interesses empresariais, uma vez que atende a políticas mundiais ditadas pelo capital financeiro e pelos grandes monopólios, voltadas para a preservação do lucro e destruição das forças produtivas. Forças às quais o Sindicato proponente não tem tido condições de enfrentar senão à custa de prejuízos econômicos e sociais decorrentes de acordos coletivos celebrados a partir da década de 1990, em especial a implantação de sistemas de gestão prejudiciais aos trabalhadores (terceirização, quarteirização, banco de horas, comissões de conciliação prévia).

¹⁶ Cf. FRENCH, 2001, *passim*; CARDOSO e LAGE, 2007.

¹⁷ Evento promovido pela Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas, Dezembro/2012, UFMG.

¹⁸ "Trabalhadores representados por centenas de entidades sindicais, ABRAT, OAB, AMAT".

Dos debates travados acerca da proposta extrai-se o consenso dos trabalhadores quanto à necessidade de organização sindical no local de trabalho, providência sintonizada com os princípios e regras do Direito Internacional do Trabalho, bem como quanto à urgência do fortalecimento da negociação coletiva.

A controvérsia mais significativa entre os trabalhadores e *experts* que sustentaram suas posições situa-se na compreensão dos demais segmentos representados no sentido de que o Projeto foi convertido em instrumento de diminuição dos direitos dos trabalhadores no contexto da reestruturação produtiva das empresas, em contraposição aos argumentos constantes da justificativa elaborada pelo próprio sindicato autor, que sustentam a impossibilidade de perda de direitos, ao exigir respeito aos direitos previstos no art. 7º da Constituição Federal.

Parte significativa dos trabalhadores julga o projeto desnecessário por abrir a possibilidade de perda de direitos. Considerando que a Constituição e legislação infraconstitucional brasileira estabelecem garantias e direitos mínimos a todo trabalhador não é necessária uma nova legislação para que se possam criar novos direitos em favor do trabalhador e promover a melhoria de suas condições de trabalho por intermédio do denominado acordo coletivo com propósitos específicos. Os instrumentos de negociação coletiva atualmente em vigor destinam-se a este fim.

Logo, impõe-se a conclusão de que o objetivo primordial do Projeto é a criação de instrumento de flexibilização e de desregulamentação dos direitos dos trabalhadores, ornamentado com a introdução de institutos que sempre foram caros aos trabalhadores, como a representação sindical no local de trabalho. Ao “pretender” afastar a possibilidade de intervenção estatal para garantir os direitos dos trabalhadores mediante restrições à interpretação e à aplicação da legislação trabalhista pelo Poder Público - Poder Judiciário e os auditores fiscais do Ministério do Trabalho - o projeto visa garantir ao segmento empresarial a inalterabilidade das condições ajustadas no acordo coletivo especial, principalmente quanto a eventuais reduções de direitos dos trabalhadores.

Além disso, o projeto não contempla nenhuma vedação à redução de quaisquer direitos do trabalhador assegurados em lei, ressalvadas as exceções previstas na Constituição Federal, do mesmo modo que não confere aos membros do Comitê Sindical o direito à estabilidade no emprego, não regula a proteção contra a dispensa arbitrária e contra a prática de atos antisindiciais. Tais omissões não deixam dúvidas quanto à sua verdadeira vocação de introduzir a possibilidade jurídica da flexibilização

e desregulamentação de direitos trabalhistas, já que negociar “para mais” não é proibido e o projeto não explicita, de modo algum, que as garantias adquiridas pelos trabalhadores continuarão intocadas. As condicionantes da validade do ACE, além da cultura autoritária presente nas relações empresariais especialmente a filiação dos trabalhadores aos sindicatos e a presença mínima das assembleias realizadas para aprovação de tal acordo, comprometerão a liberdade de consentimento e de participação do trabalhador .

Avança-se na liberdade sindical no que diz respeito aos sindicatos representativos, no entanto, ainda que se considere positiva a experiência local dos sindicatos proponentes, estes representam rara exceção entre os mais de 18.000 sindicatos existentes no país. A pretensa generalização, para todo o sindicalismo, de condições de negociação que se verificam apenas excepcionalmente em relação a alguns sindicatos constitui insuperável contradição, uma vez que a realidade sindical do ABC paulista não é, de longe, a realidade brasileira. Resta concluir que, se os sindicatos mais representativos já adotam, na prática, a negociação coletiva por empresa nos termos apresentados no Projeto em discussão, a sua generalização, por norma legal, acabaria por tornar ainda mais vulneráveis os sindicatos não representativos.

Os defensores da proposta, no entanto, sustentaram que a iniciativa do Projeto do ACE é originária de experiência vivida ao longo de 30 anos na resolução de conflitos e que resultou em melhores condições de trabalho, mais respeito entre as partes e fortalecimento da democracia nas relações sindicato-empresa. Sustentam que a experiência estimulou a sindicalização, boas práticas e boa-fé entre as partes, de modo a atender aos princípios e normas de direito internacional que prescrevem o fomento da negociação coletiva e a remoção dos obstáculos ao seu amplo desenvolvimento, a exemplo das Convenções 87, 154 e da Recomendação 164, da OIT.

Por isso, a atualização e a revisão da CLT, por via do Acordo Coletivo com Propósitos Especiais, não significa a perda de direitos, mas abertura de espaço aos trabalhadores. Na medida em que estabelece o dever de respeitar os direitos previstos no art. 7º, da Constituição Federal não se pode concluir que a proposta contempla a prevalência do negociado sobre o legislado. Não se dá ao sindicato poderes para reduzir direitos, por isso a proposta implica a reserva de condições especiais, sindicatos e empresas específicos. A possibilidade e a validade deste tipo de negociação estão condicionadas à observância dos requisitos já explicitados acima, especialmente a ausência de práticas antisindicalistas por parte da empresa, a observância do art. 7º da

Constituição Federal e a existência de condições específicas que o justifiquem. Defende o autor que o Projeto confere vigência plena à norma constitucional que reconhece as convenções e os acordos coletivos de trabalho, proporcionando às partes a necessária segurança jurídica quanto às normas provenientes da negociação coletiva. Nesse sentido, significa o fortalecimento do sindicato, que vem sendo desautorizado pelas constantes anulações de acordos coletivos destinados a atender a situações específicas.

Compreende, por fim, que o principal foco do Projeto é a representação sindical no local de trabalho, o que significa uma mudança de paradigma e a quebra do monopólio estatal na resolução dos conflitos. Implica, por isso, uma transformação cultural das empresas, historicamente resistentes à sindicalização e à representação sindical no local de trabalho. O Projeto, portanto, fortalece o sindicato e abre caminho para a negociação da estabilidade no emprego e a implantação das “comissões de fábrica”. O acordo Coletivo com Propósitos Especiais seria a saída para a solução dos problemas relacionados à unicidade, ao imposto sindical e à conseqüente formação de grupos de poder sem legitimidade e representatividade, resguardando os verdadeiros interesses dos trabalhadores. Isto, por conta da impossibilidade de uma reforma sindical ante a força do *lobby* conservador.

O anteprojeto despertou a atenção de juristas que, em manifesto formal¹⁹, reafirmaram o Direito do Trabalho como condição essencial à melhoria da condição social e econômica do trabalhador, ressaltando que ao desenvolvimento econômico não se segue, como corolário, o desenvolvimento social, pelo que os valores humanos a serem preservados para além do seu sentido econômico. Daí resulta inconcebível o surgimento de projeto de lei que aceita a premissa da redução dos direitos trabalhista visando ao “impulso para o desenvolvimento ou mesmo para o enfrentamento de uma possível crise econômica”. A medida intentada é inconstitucional uma vez que o art. 7º da Constituição Federal consagra o princípio da progressividade, inserido no conjunto das cláusulas pétreas, não se admitindo, pela via excepcional e por conta de situações específicas, a redução de direitos dos trabalhadores. Nesse sentido o Direito do Trabalho jamais constituiu uma ameaça à segurança jurídica.

A intensidade do debate conduz à seguinte indagação: onde está a ameaça perpetrada pelo anteprojeto de lei aos direitos dos trabalhadores se há expressa

¹⁹ Manifesto de Juristas: Não ao projeto de Acordo com Propósito Específico do SMABC.

ressalva quanto às disposições do art. 7º da Constituição Federal, além de estabelecer, como condição *sine qua non* para a celebração de tais acordos com propósitos especiais, o reconhecimento e a assinatura dos Comitês Sindicais de Empresa, assim como o controle, a participação direta e a decisão dos trabalhadores envolvidos?

A resposta requer detido exame da proposta. Ela não é tão simples por que, exatamente por ir além do que se apregoa na exposição de motivos e no documento que a sustenta²⁰, ela contém estratégias e engendramentos que requerem maior detalhamento crítico.

III - Um instrumento para o fortalecimento dos sindicatos e da negociação coletiva ou uma concessão à teoria neoliberal?

Quanto ao seu conteúdo o Projeto, ainda que despretensiosamente, abre flancos e concessões ao pensamento neoliberal de enorme gravidade. A proposta condiciona a aplicação da legislação aos contextos, isto é, às “especificidades das empresas” e à “vontade dos trabalhadores”, deixando implícito que as “adequações nas relações individuais e coletivas de trabalho e na legislação trabalhista” referem-se à flexibilização e/ou desregulamentação de direitos trabalhistas presentes na legislação infraconstitucional, fruto das conquistas históricas dos trabalhadores.

Se considerado de outra forma, o Projeto torna-se absolutamente inócuo, uma vez que não há vedação legal ou constitucional à adequação, pela via negocial, da aplicação da legislação a realidades específicas para dar efetividade a direitos já existentes, criar novos direitos ou instituir condições de trabalho mais favoráveis do que aquelas asseguradas na ordem jurídica. As situações específicas em que podem ser admitidas flexibilizações e reduções de direitos são, exclusivamente, aquelas previstas na própria Constituição Federal, a exemplo da redução salarial por meio da negociação coletiva e extensão da jornada de trabalho nos turnos ininterruptos de revezamento²¹.

Considerando-se que o sistema de proteção trabalhista adotado pelo Estado brasileiro é da garantia de direitos fundamentais indisponíveis orientada pelo princípio da vedação do retrocesso²² (redução de direitos dos trabalhadores), o projeto

²⁰SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *ACE – Acordo Coletivo Especial*. São Paulo: Simetal, 2011, passim.

²¹BRASIL. Constituição Federal, art. 7º, VI e XIV.

²²BRASIL. Constituição Federal, art. 7º, *caput*.

em discussão, se não deve ser considerado inócuo, só terá sentido para admitir que a negociação coletiva com propósitos especiais poderá promover adequações capazes de piorar as condições de trabalho ou reduzir os direitos dos trabalhadores. Nesse caso, a proposta abre perspectiva para a sobreposição do negociado sobre o legislado.

O projeto define como “condições específicas” aquelas decorrentes da “especificidade da empresa e da vontade dos trabalhadores”. Ao substituir “vontade das empresas” por “especificidades das empresas” o Projeto dissimula a preponderância dos interesses empresariais, uma vez que não haverá especificidade a ser reconhecida desvinculada da vontade do empregador. Ausência de referência à vontade das partes, oculta o fato de que a definição das condições específicas será ato unilateral da empresa.

Por outro lado, o que está declarado na exposição de motivos não corresponde ao texto normativo que integra o Projeto. Este, a despeito de assegurar a obediência ao disposto no art. 7º da Constituição na celebração do acordo coletivo com propósitos especiais, deixa de resguardar, também, o respeito aos direitos instituídos por meio da legislação infraconstitucional, abrindo, assim, a possibilidade de sua exclusão. Além disso, os direitos constitucionais são em sua grande maioria regulados pela legislação infraconstitucional o que confere à negociação coletiva a possibilidade de, por meio, do ACE, proceder à “adequação” normativa em conformidade com as especificidades da empresa para suprimir aqueles direitos “infraconstitucionais”, aí incluídos os que resultam da regulamentação de norma constitucional. Bom exemplo vem da legislação que regula o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. Trata-se de direito constitucional, cujo percentual (8% sobre o salário do trabalhador) foi estabelecido na legislação ordinária. Não seria excessivo, ante o que consta da proposta inferir que, por via do ACE, poderia ser reduzido o percentual referido para 5%, uma vez que a fixação não resulta do art. 7º, da Constituição Federal, mas de legislação infraconstitucional. A aprovação do projeto nos termos propostos coloca em risco concreto os direitos dos trabalhadores e, se não for para introduzir no direito brasileiro esta possibilidade, ele realmente se torna inócuo ou mais que isto, não recomendável, pois qualquer negociação da qual resulte norma que não piore direitos ou não agrave as condições de trabalho já tem pleno amparo na Constituição Federal e na legislação vigente. Ainda que se tome o projeto, neste aspecto, como legislação de fomento à negociação coletiva no local de trabalho, ele carece de uma norma que vede

explicitamente a eliminação ou redução de direitos assegurados na legislação infraconstitucional.

Tal conclusão se torna inequívoca quando se visualiza a norma contida no art. 16 do Projeto. Esta, com aguda sutileza, estabelece que ao ACE somente se aplica a CLT quando esta não for incompatível com as cláusulas do referido acordo. Trata-se de inversão principiológica de profundas consequências no sistema brasileiro de proteção ao trabalho humano. Ora se a única ressalva é no sentido de que seja “observado o art. 7º da Constituição Federal” é forçoso concluir que, a teor da proposta apresentada, o ACE prevalece sempre sobre a CLT quando não transgredir direitos constitucionais.

A premissa acima tem como segunda consequência que a pretendida adequação das relações de trabalho a condições específicas de trabalho não significa mais que a conformação normativa daquelas relações às condições de fato em que elas se inserem e não às normas contrafactuais do direito. Nesse caso, os princípios e regras tutelares dos direitos dos trabalhadores deixam de prevalecer para ceder lugar a exigências contextuais. No lugar de promover a garantia dos direitos vigentes mediante efetiva intervenção na realidade, os contextos de realidade - ainda que antinômicos - se legitimariam através de acordos coletivos com propósitos especiais, se levada a proposta em discussão às suas últimas consequências.

Trata-se, portanto da sobreposição do econômico sobre o jurídico, já que as condições específicas determinantes da adequação para reduzir direitos só podem ser compreendidas na perspectiva da potencialização do lucro à custa do sacrifício dos direitos sociais.

Deve-se reconhecer, entretanto, que a proposta vem ornamentada com o acolhimento de históricas reivindicações dos trabalhadores - como é o caso da representação sindical no local de trabalho por intermédio do Comitê Sindical de Empresa. Além disso, ela adota expedientes de estímulo à sindicalização, como a exigência de afiliação sindical de mais da metade dos trabalhadores na empresa como condição para a validade do ACE. Do mesmo modo estabelece que a habilitação da empresa para a celebração do ACE está condicionada à inexistência, contra si, de decisão condenatória transitada em julgado por restrição ao exercício de direitos sindicais.

A proposta confere um sentido objetivo à conduta de boa-fé caracterizando-a pela participação dos envolvidos na negociação coletiva quando

requerida por ofício, pela formulação de respostas a propostas e contrapropostas, pela prestação de informações *definidas de comum acordo*, pela preservação do sigilo das informações e pela existência de autorização dos trabalhadores para a celebração do ACE. Contudo, aceita que pode haver boa-fé em caso da empresa suprimir informações (indispensáveis ao êxito de qualquer negociação de boa-fé), na medida em que a respectiva prestação depende de “comum acordo” entre as partes. Em síntese, é permitido à empresa selecionar as informações a prestar conforme critério exclusivo seu, ainda que negue aos trabalhadores o conhecimento de dados indispensáveis ao bom desempenho na negociação coletiva.

O aspecto mais delicado da proposta, sob o ponto de vista jurídico, reside na pretensão garantia de “segurança jurídica” na interpretação e na aplicação das normas provenientes dos acordos coletivos especiais. Primeiramente, ao estabelecer que as condições específicas definidas conforme a vontade dos trabalhadores e as especificidades da empresa (*rectius* vontade da empresa) é que são determinantes das “adequações” nas relações individuais e coletivas de trabalho, bem como na aplicação da legislação trabalhista. As autoridades do trabalho passam, portanto, a sujeitar-se à vontade das partes na aplicação da legislação trabalhista. Assim é que a proposta converte, explicitamente, os auditores fiscais do trabalho em garantes dos acordos coletivos especiais, não podendo mais que averiguar se os requisitos para a respectiva celebração foram observados e se “as condições de trabalho estão em consonância com o acordo”, caso em que poderão lavrar autos de infração. Mas, o auditor fiscal não poderá lavrar o auto de infração quando reputar inválidas as normas estabelecidas no ACE.

Em conclusão, o Projeto parte da premissa de que a insegurança jurídica decorre da atuação da autoridade pública quando esta faz prevalecer a lei diante de situações em que as normas coletivas excluem direitos ou pioram as condições de trabalho fora das situações autorizadas pela Constituição Federal. A segurança jurídica assim entendida favorece a empresa em detrimento dos interesses dos trabalhadores. Estes, de outro lado, não detêm a necessária segurança jurídica quanto aos direitos que lhes são assegurados na legislação infraconstitucional como foi amplamente demonstrado alhures. Quanto mais não baste, o projeto revoga a norma da Consolidação das Leis do Trabalho que estabelece a prevalência dos direitos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho sobre os acordos coletivos de trabalho.

Por fim, as razões de ser da proposta se constroem a partir dos seguintes desenvolvimentos argumentativos: o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e região, de grande peso e representatividade junto à respectiva categoria, desenvolveu suas relações sindicais a ponto de alcançar as práticas que servem de inspiração ao Projeto do Acordo Coletivo Especial; existem no Brasil outros milhares sindicatos, em sua grande maioria frágeis e sem representatividade, espalhados em todo o território nacional, que não alcançaram este estágio de negociação; a experiência de 30 anos do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC nas práticas que ora são normatizadas no Projeto do ACE é exitosa. Assentadas as premissas segue-se a conclusão: tendo sido, tal experiência, historicamente exitosa no campo de atuação do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC serão também para o restante do sindicalismo brasileiro, ainda que distintos os contextos de realidade.

IV – Considerações Finais

A pré-existência ao Projeto de lei da experiência singular alcançada pelo Sindicato dos Metalúrgicos da ABC é, por si só, uma comprovação de que o ordenamento jurídico nacional não constitui obstáculo à sua replicação, se admitida a assertiva de que ao Acordo Coletivo com Propósitos Especiais é vedada a redução ou a exclusão de direitos assegurados na legislação trabalhista.

Uma lei deste jaez acabaria por vulnerar ainda mais cerca de 15.000 sindicatos nacionais que não se enquadram na situação excepcional dos sindicatos do ABC paulista e perfilham a proposta com base na histórica experiência destas entidades.

O Projeto de Lei com vistas à extensão desta experiência a todo o sindicalismo brasileiro implica riscos incomensuráveis que não precisam, de modo algum, ser assumidos voluntariamente e por iniciativa dos próprios trabalhadores brasileiros. A transferência dos riscos empresariais para os ombros dos trabalhadores reverte os fundamentos e a própria razão de ser do Direito e das Instituições do Trabalho.

Ao ver na intervenção do Estado para preservar os direitos dos trabalhadores previstos em lei um obstáculo ao desenvolvimento das relações individuais e coletivas de trabalho e pretender corrigir seus efeitos por intermédio da negociação coletiva flexibilizadora ou excludente de direitos, a proposta se encaminha na direção do ideário neoliberal, exatamente no momento em que seus fundamentos se

encontram em xeque em consequência da mais recente crise econômica que assola todo o mundo, cujas consequências são ainda imprevisíveis.

Nestes termos, o pensamento neoliberal hegemônico começa a contagiar as concepções dos próprios trabalhadores com o processo de “destruição criativa” do sistema de proteção aos direitos sociais fundamentais, das relações sociais, dos modos de vida e do pensamento, como alertou Harvey.

O princípio subliminar ao projeto atende à investida neoliberal que decididamente optou por dismantelar todas as formas de solidariedade humana que constituíssem obstáculo à *flexibilidade competitiva*.

A fragmentação da regulação autônoma traz “fortalecimento” questionável ao sindicalismo uma vez que, pressionados pela celebração do ACE, haverá necessariamente fragmentação de interesses dos trabalhadores em situações díspares. A quebra da solidariedade e da capacidade de mobilização para além do espaço da empresa, com certeza, terá reflexos (negativos) para o conjunto dos trabalhadores brasileiros.

Resta assinalar que para o escopo exclusivo de promover a adequação da legislação às singularidades dos contextos de trabalho com o fim de assegurar a efetividade dos direitos sociais, fundada no diálogo social e no tripartismo local, a ordem jurídica já conta com instituição do trabalho destinada a esse fim: o sistema Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista. A distinção fundamental está no fato de que o diálogo social promotor da adequação sem restrição de direitos ganha espaço institucional, e não se limita ao trabalhador e à empresa, mas se amplifica para incluir na mesma mesa-redonda o sindicato dos trabalhadores, o sindicato empresarial e os agentes do poder público encarregados de promover a efetividade dos direitos trabalhistas. A este espaço institucionalizado se designa Conselho Tripartite, no qual se realizam, primeiramente, diagnósticos multifacetários da situação-problema, que requer adequação na forma de cumprimento da legislação trabalhista, para que os direitos dos trabalhadores sejam devidamente observados, ainda que sejam removidos obstáculos burocráticos ou decorrentes do caráter obsoleto de normas instrumentais relativas ao modo de cumprimento de tais direitos. Por intermédio desta instituição recepcionada pela legislação trabalhista, há quase duas décadas, institui-se um sistema de governança, fundado no diálogo e na concertação social entre todos os atores que atuam no mundo do trabalho (incluídos os agentes do Poder Público), destinado a promover a negociação

coletiva autêntica, a participação dos sindicatos na organização do trabalho e na administração da justiça no respectivo âmbito de representação e o tripartismo local.

Trata-se experiência inovadora legitimada pelos resultados transformadores e emancipatórios de segmento de trabalhadores da categoria rural da região do Triângulo Mineiro que, por isto mesmo, foi recepcionada e transformada, pelo legislador, em instituto jurídico (art. 625-H, CLT).

Em aproximadamente 20 anos de sua existência a instituição matricial do referido instituto jurídico logrou contribuir para uma profunda transformação da realidade local, alcançando resultados levantados em tese doutoral defendida na Faculdade de Direito UFMG, tais como *a)* redução da informalidade nas relações de trabalho rural locais; *b)* redução do número de demandas provenientes do setor rural na ordem de 80%; *c)* ampliação do “acesso à justiça”; *d)* elaboração e implementação de programa de prevenção contra riscos ambientais; *e)* evolução na qualidade e extensão das convenções coletivas firmadas; *f)* credibilidade e legitimidade das instituições locais, especialmente da Vara do Trabalho; *g)* avanço na superação das condições subumanas de milhares de trabalhadores sazonais nas lavouras e nos acampamentos; *h)* estímulo às atividades rurais de subsistência e de pequeno porte com reversão da tendência à redução de tais empresas e extinção de postos de trabalho, mediante criação de um ambiente favorável nas relações de trabalho, tomado como um dos fatores estimulantes ao surgimento de novos empreendimentos e investimentos externos segundo a percepção da comunidade local.

Trata-se, portanto, de uma instituição que possibilita uma compreensão sistêmica das questões trabalhistas locais ou empresariais a partir da interação dialógica e da integração de ações de todos os sujeitos que de qualquer modo atuam e/ou interferem nas relações de trabalho.²³

As razões que conduziram à formulação da proposta do ACE partem de premissa oposta, no sentido de que o Estado constitui obstáculo ao desenvolvimento das relações coletivas e individuais do trabalho e deve ser excluído do diálogo. A solução encontrada foi o seu afastamento do diálogo social e a sua instrumentalização para a garantia de vigência das normas produzidas à margem do sistema de proteção trabalhista. O sentido do diálogo social proclamado na proposta sofre, portanto, de grave mutilação.

²³ VASCONCELOS, 1999, *passim*; _____, 2002, *passim*; _____, 2007, *passim*.

BIBLIOGRAFIA:

HARVEY, David. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2013.

KRUGMAN, Paul. *Uma basta à depressão econômica*, Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

SINDICATO DOS METALÚRGICOS DO ABC. *ACE – Acordo Coletivo Especial*. São Paulo: Simetal, 2011, *passim*.

Projeto de Lei que institui o Acordo Coletivo Especial com Propósitos Especiais.

FRENCH, John D. *Afogados em leis – A CLT e a cultura política dos trabalhadores brasileiros*. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

CARDOSO, Adalberto; LAGE, Telma. *As normas e os fatos- desenho e efetividade das instituições de regulação do mercado de trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

VASCONCELOS, Antônio Gomes de. *Pressupostos Filosóficos e Político-Constitucionais para a aplicação do Princípio da Democracia Integral e da Ética de Responsabilidade na Organização do Trabalho e na Administração da Justiça: o Sistema Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista. Estudo de caso – a questão trabalhista regional e os resultados da instituição matricial de Patrocínio-MG (1994–2006)*. 907 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Direito, defendida em dezembro/ 2007.

_____. A função dos Conselhos Tripartites dos Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista: a organização intercategoriais das relações de trabalho (regulamentação, administração, prevenção e solução dos conflitos) orientada pelo princípio da subsidiariedade ativa. Curso de Pós-Graduação em Direito Constitucional, Faculdade de Direito da UFMG, 2002.

_____. GALDINO, Dirceu. *Núcleos Intersindicais de Conciliação Trabalhista – Princípios, Fundamentos, Criação, Estrutura e Funcionamento*, LTr, 1999.